



PARECER ÚNICO SUPRAM - TM/AP

PROTOCOLO Nº 536986/2014

Indexado ao(s) Processo(s)

| | | |
|---|---|--|
| Licenciamento Ambiental Nº 14700/2013/001/2013 | LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA | DEFERIMENTO |
| Empreendimento: MINAS MAIS ALIMENTOS LTDA | | |
| CNPJ: 11.701.319/0001-60 | Município: PATOS DE MINAS | |
| Unidade de Conservação: NÃO | | |
| Bacia Hidrográfica: RIO PARANAÍBA – PN1 Sub Bacia: RIO PARANAÍBA | | |
| Atividades objeto do licenciamento: | | |
| Código DN 74/04 | Descrição | Classe |
| D – 01 – 14 – 7 | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES, NÃO ESPECIFICADOS OU NÃO CLASSIFICADOS | 5 |
| Medidas mitigadoras: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO | | Medidas compensatórias: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO |
| Condicionantes: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO | | Automonitoramento: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO |
| Responsável Técnico pelo empreendimento: DÁCIO JOSÉ CAMBRAIA | | Registro de classe CRBio 30433/04-D |
| Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados DÁCIO JOSÉ CAMBRAIA | | Registro de classe CRBio 30433/04-D |
| Relatório de vistoria/auto de fiscalização: 137725/2013 | | DATA: 27/08/2013 |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|------------|
| Data: 23/05/2014 | | |
| Equipe Interdisciplinar: | Registro de classe | Assinatura |
| Anderson Mendonça Sena | 1.225.711-9 | |
| Dayane Ap. Pereira de Paula | 1.217.642-6 | |
| Kamila Borges Alves | 1.151.726-5 | |
| José Roberto Venturi | 1.198.078-6 | |



1. INTRODUÇÃO

O presente Parecer Único refere-se à solicitação de Licença de Operação Corretiva – LOC - para a atividade descrita na Deliberação Normativa COPAM 74/2004 como: **“FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES, NÃO ESPECIFICADOS OU NÃO CLASSIFICADOS”** e se enquadra, segundo a referida Deliberação Normativa COPAM, como empreendimento de Classe 05.

O presente processo foi formalizado junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente no dia 02 de julho de 2013, conforme recibo de entrega de documentos (*documento dos autos fl. 003, nº 1333107/2013*). Dentre os documentos apresentados destaca-se a presença do RCA - Relatório de Controle Ambiental e PCA – Plano de Controle Ambiental.

Em 27 de agosto de 2013 foi realizada vistoria por equipe, constatando que as atividades se encontravam em operação. Segundo informado as atividades se iniciaram em 24/05/2013.

2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A área da fábrica está localizada na Avenida Júlia Fernandes Caixeta, 1000, Bairro Cidade Nova, município de Patos de Minas. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 18°37'06" de Latitude Sul e 46°31'02" de Longitude Oeste. A área total é de 10 hectares, com área construída de 65.000 m². Possui 350 funcionários, trabalhando em 3 turnos, 06 dias da semana.

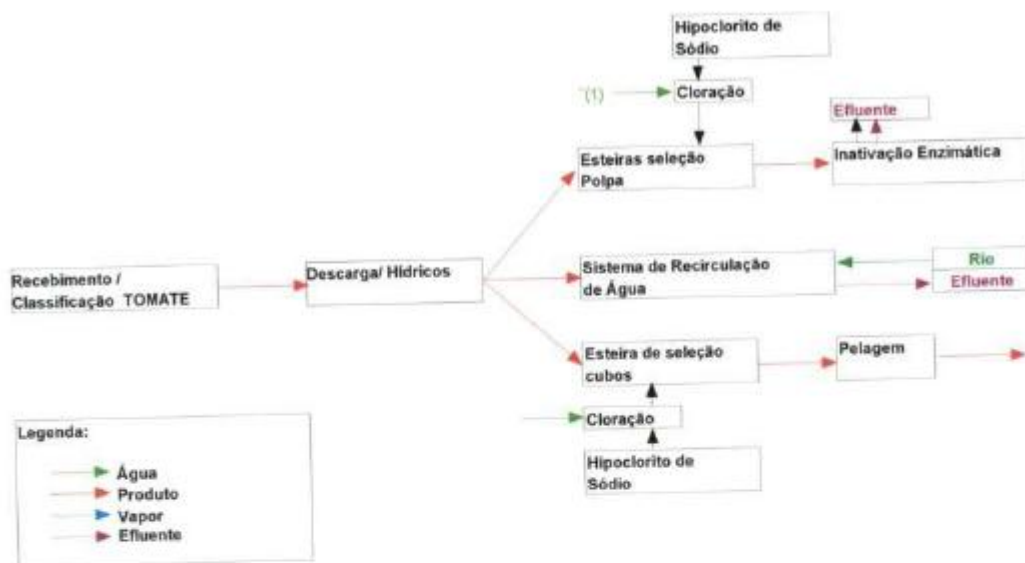
Os produtos acabados são o molho de tomate, milho, ervilha e seleta (ervilha, cenoura e batata) em conservas. A capacidade instalada de produção do empreendimento é de 1.800 toneladas/dia de matéria-prima de tomate, 120 toneladas/dia de milho e 30 toneladas/dia de ervilha. A cenoura e a batata utilizada na seleta já chegam processadas ao empreendimento.

Abaixo segue o fluxograma do processo produtivo:



FLUXOGRAMA

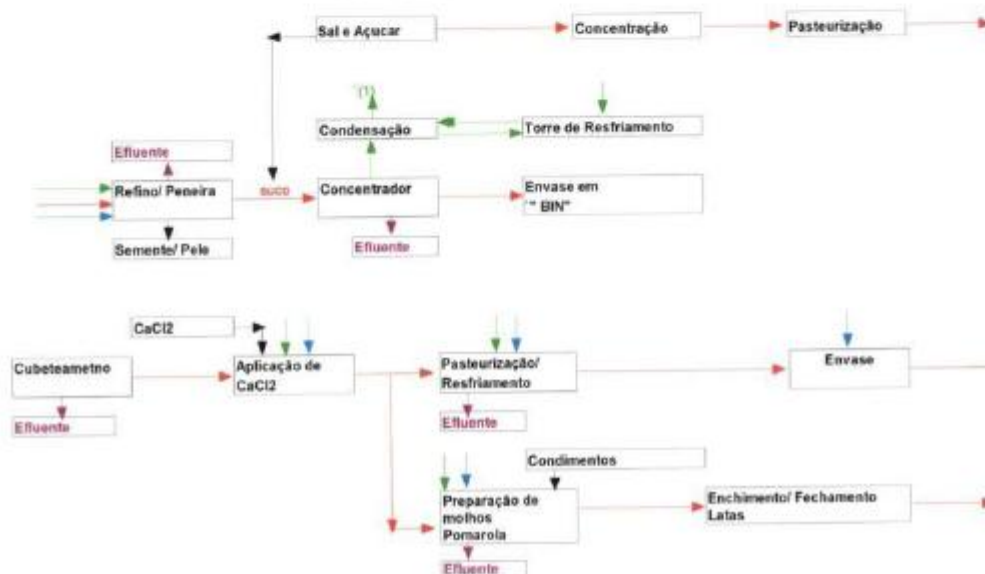
TOMATE IN NATURA- PATOS DE MINAS



Continua

FLUXOGRAMA

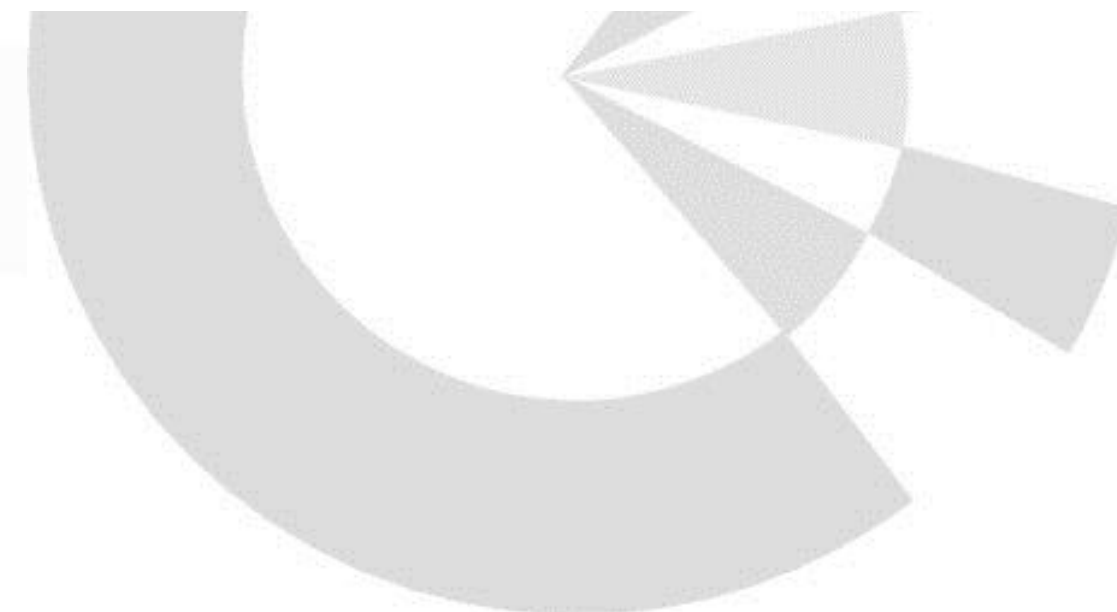
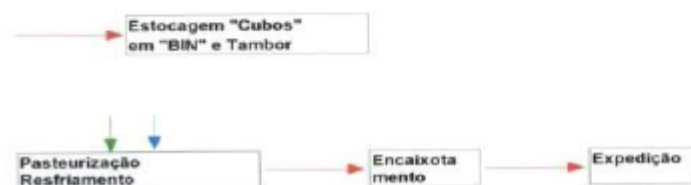
TOMATE IN NATURA- PATOS DE MINAS





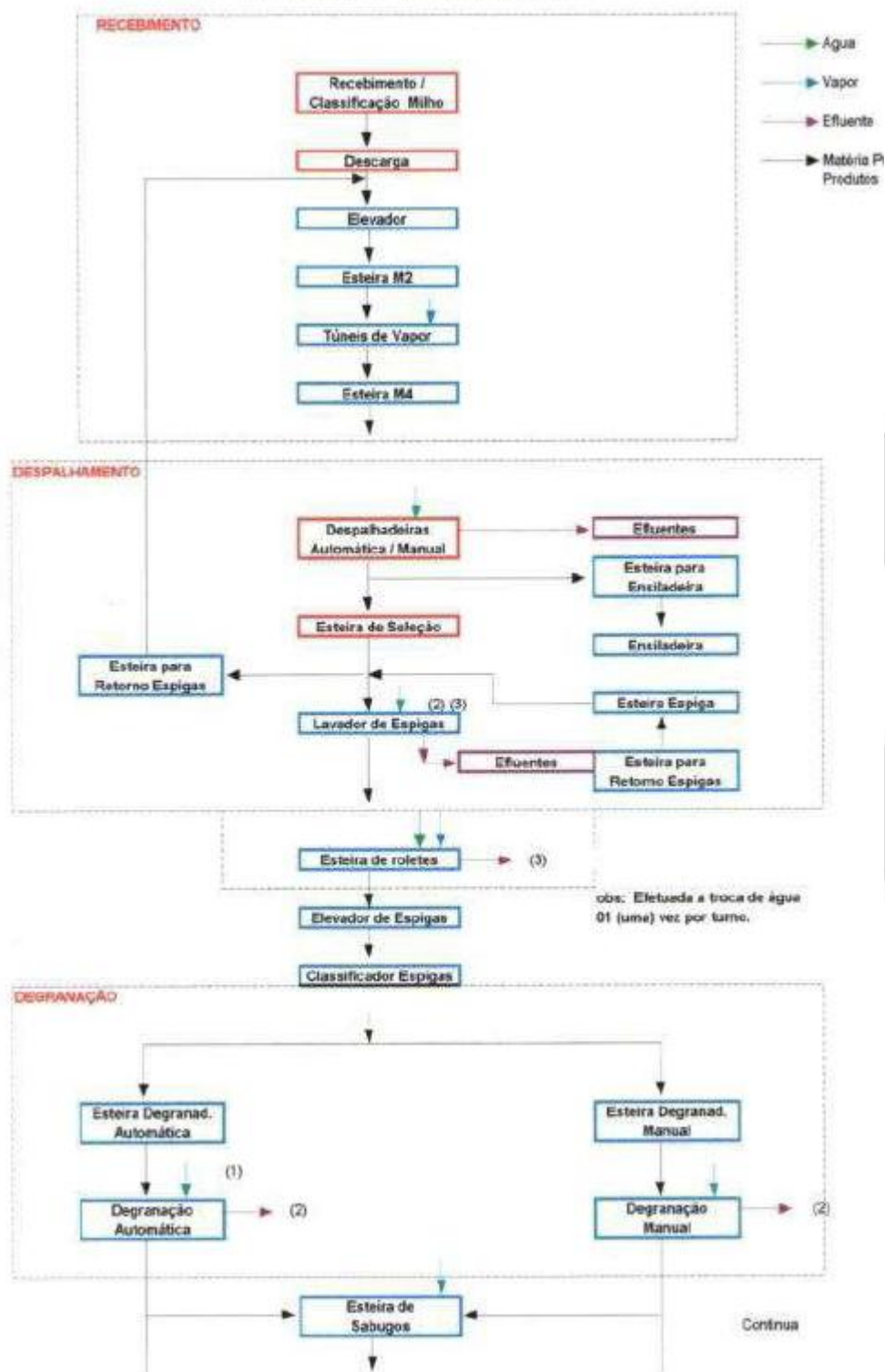
FLUXOGRAMA

TOMATE IN NATURA- PATOS DE MINAS



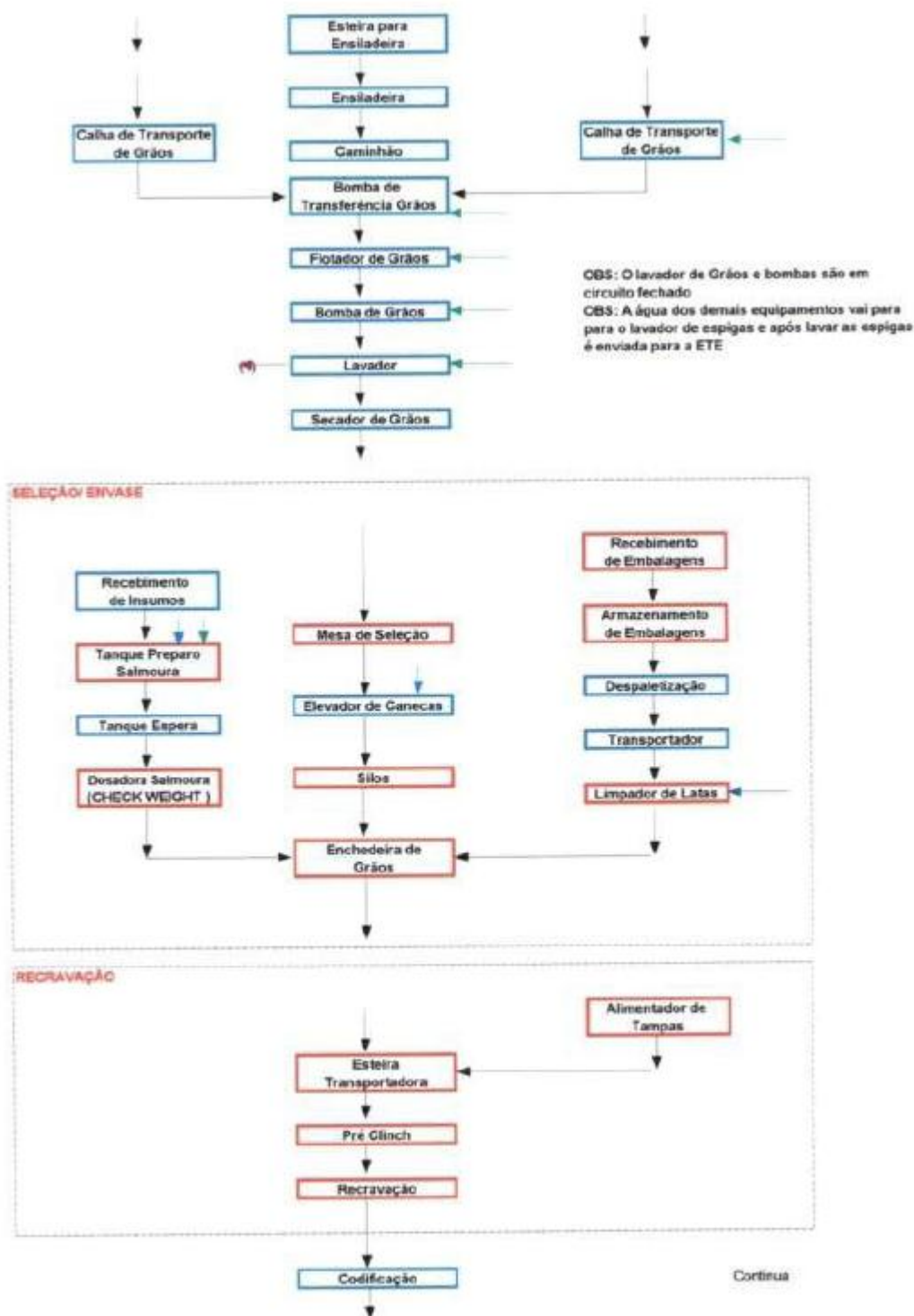


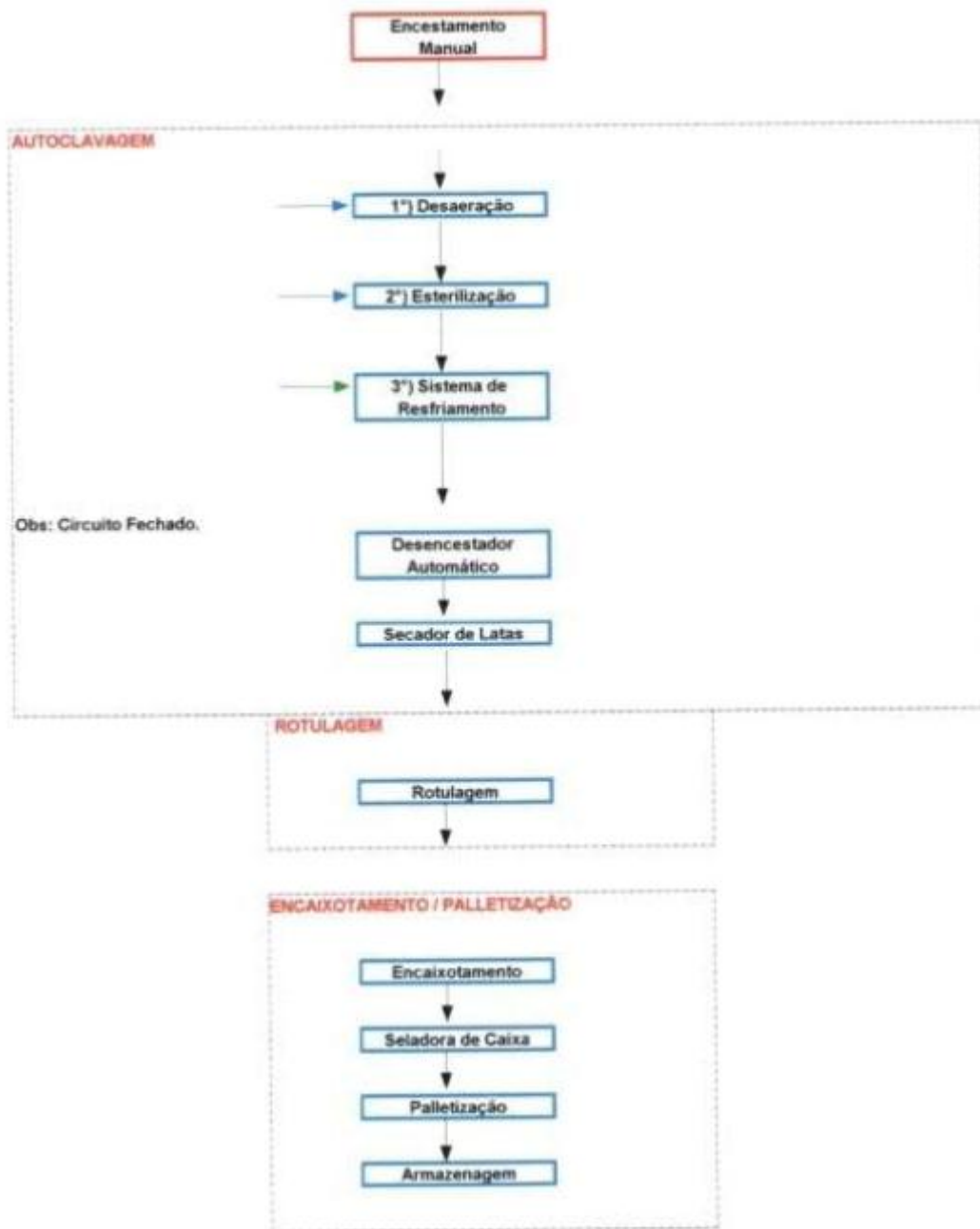
FLUXOGRAMA MILHO VERDE- PATOS DE MINAS





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba





3. ESTRUTURAS DE APOIO

- Portaria
- Balança rodoviária
- Estacionamento



- Refeitório
- Vestiários
- Área administrativa
- Laboratório
- Galpão para resíduos recicláveis
- Oficina

4. ANÁLISE DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DE MINAS GERAIS

De acordo com a Análise do ZEE para a Área de Influência Direta (município de Patos de Minas) temos as seguintes condições:

- Integridade da fauna: baixa
- Integridade da flora: muito baixa
- Vulnerabilidade natural: baixa
- Vulnerabilidade de recursos hídricos: média
- Potencialidade Social: muito favorável

5. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Para suprir a demanda hídrica o empreendimento utiliza-se de uma captação direta no Rio Paranaíba com outorga deferida junto a Agência Nacional das Águas – ANA – conforme Resolução nº 639 de 14/04/2014. O empreendimento também conta com abastecimento público de água (COPASA).

Existia em análise técnica uma solicitação de captação em cisterna (processo nº 15029/2013), porém o empreendedor fez solicitação de arquivamento do processo, uma vez que não é necessária tal captação. Será condicionado nesse parecer o tamponamento correto da cisterna.

6. RESERVA LEGAL

O imóvel se encontra em Zona Urbana.



7. INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E MEDIDA COMPENSATÓRIA

Para a realização de uma captação direta de água e lançamento de efluentes no Rio Paranaíba há no empreendimento 0,2814 hectares de intervenção em APP referente à casa de bombas, tubulações e emissário de efluente tratado.

A presente intervenção preexistente a cerca de 19 anos e trata-se de uma intervenção considerada eventual e de baixo impacto nos termos do art. 3º, III, “b” da Lei 20.922/13.

Considerando a intervenção de baixo impacto e a inexistência de alternativa técnica locacional, sugere-se a autorização da intervenção e a permanência da mesma em área de preservação permanente, ocupando uma área de 0,2814 hectares, sendo expressamente vedada sua expansão em APP, e ficando o empreendedor obrigado a cumprir as medidas compensatórias listadas neste parecer.

Pela intervenção em área de preservação permanente o empreendedor apresentou como medida compensatória (Resolução CONAMA nº. 369/06) a recuperação de uma área de 0,5388 hectares às margens de um pequeno curso d’água, afluente do Rio Paranaíba, próximo a ETE do empreendimento e de propriedade da Prefeitura Municipal, porém, a equipe técnica entende ser viável a recuperação de toda a APP do referido curso d’água. Ressalta-se que a APP do empreendimento está bem preservada, já a APP proposta como compensação está ocupada predominantemente por gramíneas.

8. AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Não se aplica.

9. IMPACTOS IDENTIFICADOS E MEDIDAS MITIGADORAS

Efluentes líquidos industriais

Os efluentes líquidos de características industriais gerados no empreendimento são oriundos da lavagem de pisos e equipamentos e do próprio processo produtivo,



principalmente na etapa de lavagem dos tomates. A taxa média de geração é de 4.000 m³/dia.

O efluente passa pelos seguintes processos de tratamento: gradeamento primário – peneira estática – estação elevatória – equalizador – flotador – biodigestor – lagoa de estabilização com 06 aeradores – lançamento no Rio Paranaíba.

Foram apresentadas análises dos efluentes na entrada e saída da ETE que apresentaram uma taxa de redução de DBO da ordem de 89% e de DQO de 89%. Os outros parâmetros analisados (pH, óleos e graxas, detergente e sólidos suspensos) também se encontram de acordo com as normas vigentes. Também foram apresentadas análises de água a montante e a jusante do lançamento e as mesmas se mostraram dentro dos parâmetros vigentes.

Efluente sanitário

Atualmente o esgoto sanitário é submetido a tratamento junto com o efluente líquido industrial.

Emissões atmosféricas

Para a geração de vapor e aquecimento de água o empreendimento conta com duas caldeiras, sendo uma movida à lenha com capacidade para 30 toneladas de vapor/hora e outra movida a óleo BPF com capacidade para gerar 15 toneladas de vapor/hora e que opera em stand by e passará ser movida à lenha.

A emissão atmosférica é realizada em uma única chaminé de 30 metros de altura que possui filtro do tipo multiciclone e lavador de gases. A determinação da altura da chaminé foi feita através de estudo de dispersão atmosférica realizado pela empresa. Segundo informado nos estudos, as emissões atendem os parâmetros vigentes de lançamento.

Outras emissões atmosféricas são provenientes dos canos de descarga dos veículos. Para a recepção de matéria-prima e expedição de produto acabado a empresa utiliza de frota terceirizada. Será condicionado nesse parecer o monitoramento dos veículos movidos a diesel, conforme Portaria IBAMA 85/96.



Resíduos sólidos

Resíduos do Milho, Resíduos do Tomate, Lodo do flotador e resíduos das peneiras estáticas

Os resíduos aqui listados são destinados à aplicação em lavoura devida propriedades benéficas ao solo ou alimentação de animais.

Os resíduos do milho constituídos de caule, folhas e alguma espiga falha, que após picados em pedaços nunca menores que 0,5 cm melhora o consumo do mesmo pelos animais. Deve ser fornecido, no máximo, 5 kg de palha por animal adulto (500 kg) por dia e triturado pode compor até 15% da mistura de rações caseiras.

A polpa de tomate é constituída pelos resíduos de fábricas de conserva de tomate, como peles, sementes, frutos estragados, etc. que quando prensados e desidratados dão a polpa seca. Pode compor até 15% da ração concentrada para vacas em lactação. É boa fonte de vitaminas e rica em proteína.

O lodo do flotador, rico em teor de matéria orgânica é utilizado na agricultura para o aumento da produtividade e controle de uma séria de pragas presente em muitos tipos de solos.

Resíduos de materiais ferrosos, Resíduos de papel e papelão, Resíduos de madeira, Latas e vidros vazios inutilizados

Os resíduos aqui listados são destinados a empresas de reciclagem.

O metal reciclado tem praticamente todas as características do metal comum. Ele pode ser reciclado muitas vezes sem perder suas características e qualidade. O alumínio, por exemplo, pode ser usado sem limites. O aço após ser reciclado volta para a cadeia produtiva para ser transformado em latas e peças automotivas, por exemplo.

O papel e o papelão são uns dos produtos mais utilizados nas tarefas do cotidiano. Quando não é mais utilizado, pode passar por um processo de reciclagem que garante seu reaproveitamento na produção do papel e papelão reciclados. O papel reciclado tem praticamente todas as características do papel comum, porém sua cor pode variar de acordo com o papel utilizado no processo de reciclagem.



A reutilização de madeira pode salvar grandes quantidades de recursos naturais com o processo de reutilização. Ela pode ser usada de diversas maneiras, como por exemplo, a lascas de madeira junto com a serragem moída podem ser transformadas em fertilizantes, os dois materiais são ricos em carbono ideal na produção deste composto. Outra opção na reutilização da madeira é seu reaproveitamento na fabricação de objetos como caixas, ou brinquedos, além de restauração de moveis antigos estendendo assim a sua vida dando tratamento adequado.

O vidro reciclado tem praticamente todas as características do vidro comum. Ele pode ser reciclado muitas vezes sem perder suas características e qualidade. A reciclagem do vidro é de extrema importância para o meio ambiente. Ao ser descartado por pessoas e empresas, pode passar por um processo de reciclagem que garante seu reaproveitamento na produção do metal reciclado.

10. CONTROLE PROCESSUAL

O processo encontra-se formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental em vigor, conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº 74/2004, incluindo cópia do auto de vistoria de corpo de bombeiro – AVCB com validade até 19/06/2018.

Da mesma forma, o local e o tipo de empreendimento encontram-se de acordo com as normas, leis e regulamentos municipais, conforme Declaração da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, anexa aos autos.

11. CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar de análise deste processo, do ponto de vista técnico e jurídico, opina pelo deferimento da concessão da Licença de Operação Corretiva para a atividade de “Fabricação de produtos alimentares não especificados ou não listados” para o empreendimento Minas Mais Alimentos Ltda., pelo prazo de 04 (quatro) anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.



As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do Copam TMAP.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram TMAP, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.



ANEXO I

Condicionantes para Licença de Operação Corretiva

| Processo COPAM Nº: 14700/2013/001/2013 | | Classe/Porte: 5/M |
|--|---|--------------------------------|
| Empreendimento: Minas Mais Alimentos Ltda | | |
| CNPJ: 11.701.319/0001-60 | | |
| Atividade: Fabricação de produtos alimentares não especificados ou não listados | | |
| Endereço: Av. Júlia Fernandes Caixeta, 1000, Cidade Nova | | |
| Município: Patos de Minas | | |
| Referência: CONDICIONANTES DA LICENÇA | | VALIDADE: 04 anos |
| ITEM | DESCRIÇÃO | PRAZO* |
| 1 | Executar o Programa de Automonitoramento conforme definido pela SUPRAM TMAP no Anexo II. | Durante a vigência da licença. |
| 2 | Desenvolver projeto de recuperação da APP proposta como medida compensatória pela regularização de ocupação antrópica consolidada, conforme descrito nesse parecer. | Estação chuvosa 2014/2015 |

* Contados a partir do recebimento do Certificado de Licença.

Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.



ANEXO II

Programa de automonitoramento

| | |
|--|--------------------------|
| Processo COPAM Nº: 14700/2013/001/2013 | Classe/Porte: 5/M |
| Empreendimento: Minas Mais Alimentos Ltda | |
| CNPJ: 11.701.319/0001-60 | |
| Atividade: Fabricação de produtos alimentares não especificados ou não listados | |
| Endereço: Av. Júlia Fernandes Caixeta, 1000, Cidade Nova | |
| Município: Patos de Minas | |
| Referência: AUTOMONITORAMENTO | VALIDADE: 04 anos |

1- RESÍDUOS SÓLIDOS

Enviar **semestralmente** à SUPRAM TMAP, até o dia 20 do mês subsequente, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

| RESÍDUO | | | | TRANSPORTADOR | | DISPOSIÇÃO FINAL | | | OBS |
|----------------------|--------|--|--------------------------|---------------|-------------------|------------------|---------------------|----------|-----|
| Denominação | Origem | Classe | Taxa de Geração (Kg/mês) | Razão social | Endereço Completo | Forma (*) | Empresa Responsável | | |
| | | | | | | | Razão | Endereço | |
| | | | | | | | | | |
| 1- Reutilização (*) | | 6- Co- processamento | | | | | | | |
| 2- Reciclagem | | 7- Aplicação no solo | | | | | | | |
| 3- Aterro Sanitário | | 8- Estocagem temporária (informar quantidade estocada) | | | | | | | |
| 4- Aterro Industrial | | 9- Outras (especificar) | | | | | | | |
| 5- Incineração | | | | | | | | | |

Os resíduos devem ser destinados somente para empreendimentos ambientalmente regularizados junto ao órgão ambiental competente. Em caso de alterações na forma de

| | | |
|-------------|---|------------------------------------|
| SUPRAM TMAP | Praça Tubal Vilela, nº 03 – Uberlândia – MG CEP 38400-186 – Tel: (34) 3237-3765 / 2983 | DATA: 23/05/2014 Página: 15 /18 |
|-------------|---|------------------------------------|



disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à SUPRAM TMAP, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendimento.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

2 - EMISSIONES ATMOSFÉRICAS

| Local de amostragem | Parâmetros | Frequência |
|--|----------------------------|-------------|
| Chaminé da caldeira a lenha | Material Particulado | Semestral |
| Chaminé da caldeira a óleo | Material Particulado e SOx | Semestral |
| Cano de descarga dos veículos movidos à diesel | Coloração | Diariamente |

Relatórios: Enviar **semestralmente** à SUPRAM TMAP, até o dia 20 do mês subsequente ao mês de coleta, os resultados das análises efetuadas acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem com a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. Os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão previstos na DN COPAM 187/2013, RESOLUÇÃO CONAMA 382/2006, RESOLUÇÃO CONAMA 436/2011 E PORTARIA IBAMA 85/96.



Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou *Environmental Protection Agency-EPA* ou outras aceitas internacionalmente.

3 - **EFLUENTES LÍQUIDOS**

| Local de amostragem | Parâmetros | Frequência |
|--|---|------------|
| Entrada e Saída da ETE | pH, temperatura, Vazão (m³/dia), DBO, DQO, Sólidos Suspensos, Sólidos Dissolvidos, Óleos e graxas, detergentes. | Bimestral |
| Montante e jusante do ponto de lançamento no Rio Paranaíba | pH, temperatura, Vazão (m³/dia), DBO, DQO, Sólidos Suspensos, Sólidos Dissolvidos, Óleos e graxas, detergentes. | Bimestral |

Relatórios: Enviar **Trimestralmente** à SUPRAM TM/AP até o dia 20 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser conclusivo e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises além da produção industrial e o número de empregados no período.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO, ou na ausência delas, no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater* APHA – AWWA, última edição.



4 – RECUPERAÇÃO DA APP – MEDIDA COMPENSATÓRIA

Apresentar anualmente, durante 04 anos, relatório técnico-fotográfico comprovando o desenvolvimento vegetativo na área proposta como medida compensatória pelas intervenções em APP realizadas pelo empreendimento.

Importante:

_ Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica do SUPRAM-TMAP, face ao desempenho apresentado pelos sistemas de tratamento de efluentes.

_ A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s).

_ Qualquer mudança promovida no empreendimento, que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

Obs: Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.